

# Usurpação de poderes

**Q**UAL é a origem do poder constituinte do atual Congresso? Todos a reconhecem, sem hesitação e sem possibilidade de controvérsia: está na Emenda Constitucional número 26, de 1985, promulgada pelo Congresso anterior, emenda que dispôs sobre o processo e a forma de discussão, votação e promulgação da futura Constituição.

**O**RA, não se emenda o que não existe. Se se aprovou uma emenda constitucional, é porque se reconheceu a vigência de uma Constituição, ressalvada a matéria submetida à revisão, de pouco valendo proclamá-la mais adiante espúria e carente de legitimidade, exceto como força de expressão e recurso retórico.

**P**ELA Emenda número 26, o povo, titular do poder constituinte, delegou aos que estavam sendo eleitos para o atual Congresso a prerrogativa de reformar a Constituição: a qualificação dos atuais constituintes não lhes vem da Assembléia em que estão reunidos; nem é ela o qua-

dro de referências para a discussão sobre seu poder. A titulação do constituinte veio junto com o voto para a representação no Congresso, em novembro de 1986.

**P**OUCO depois de instalado o Congresso, asseverou-se ali que não teria cabimento discutir-lhe a soberania, de vez que soberania discutida é soberania que deixa de se afirmar, é soberania que deixa de existir. Foi um sofisma, ou pelo menos um equívoco trágico: a única soberania que não se discute é a inerente à comunidade dos cidadãos, que os congressistas, constituintes ou não, representam.

**O** POVO não fez uma revolução, geradora de um poder de fato, inicial, absoluto, ilimitado e incondicionado. O povo compareceu às eleições, no quadro de um Estado existente e sob uma ordem jurídica reconhecida. Não deu, pois, mais legitimidade aos congressistas que a admitida, pelo menos implicitamente, no titular da Presidência da Re-

pública, pelo tempo já estipulado de seu mandato.

**C**ONFIGURA-SE, assim, uma tentativa de usurpação: valer-se de um poder derivado, poder de direito, poder constituído e, conseqüentemente, limitado, para deliberar sobre o que só caberia ao poder constituinte originário ou inicial — modificar, por exemplo, o tempo de mandato do Presidente da República, recebido já da Constituição cuja vigência se reconheceu.

**S**EM dispor do poder constituinte originário, os caminhos do atual Congresso Constituinte na discussão do sistema de governo e de matérias correlatas abrem-se mais sobre a subversão da ordem jurídica que sobre o fortalecimento das instituições e da credibilidade do poder político: quando se prescinde do povo, não há mais crédito possível para o poder político; fazendo letra morta da condição de constitucionalidade, o poder constituinte derivado compromete todas as instituições políticas e lesa o direito do povo à segurança jurídica.